

Ano XX nº 6062 – 29 de maio de 2019

PL prevê trabalho bancário aos finais de semana. Reaja!



Um projeto de lei do deputado federal David Soares (DEM-SP) pretende obrigar bancos a abrir agências aos sábados, das 9h às 14h, e domingos, das 9h às 13h. O PL 1043/19 está sendo analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado nas comissões, segue para votação em plenário.

O direito dos bancários de não trabalharem aos sábados e domingos é assegurado pela Lei 7.430/85, e está no artigo 224 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Os bancos já tentaram burlar a lei, mas os sindicatos sempre estiveram atentos e atuaram contra esse desrespeito. A Caixa, por exemplo, tentou em 2012 e 2017, mas foi impedida na Justiça.

O site da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>) está com enquete aberta sobre o PL 1043/19 e os trabalhadores de bancos devem se manifestar votando **NÃO** para defender seu direito de não trabalhar aos finais de semana.

No site da Câmara também é possível comentar o projeto de lei do deputado de São Paulo, e várias pessoas já se manifestaram: "Esse deputado deve viver em outra dimensão, aliás com tantos privilégios e salário alto deve estar bem longe da nossa realidade. Hoje os bancos demitem cada dia mais seus funcionários em nome da tecnologia e comodidade, tudo se resolve na palma da mão via digital. Bancários são os que mais adoecem e se afastam do trabalho por conta das condições em que são cobrados de metas abusivamente, são massacrados psicologicamente o dia todo pelos regionais. Deputado saia de sua redoma de vidro, vá procurar fazer um projeto que melhore vidas", disse um cidadão.

"Que tal os deputados também comecem a trabalhar aos sábados, domingos, feriados e segundas-feiras pelo mesmo salário de um bancário? Além do mais, quase todos os clientes resolvem seus problemas e pagam suas contas via central de atendimento e Internet Banking!

"Acho que os deputados deveriam dar o exemplo trabalhando pelo menos os 5 dias da semana, 8h/dia... Mas trabalhando mesmo, não passeando...isso, 5 dias!", sugere outra cidadã.

Reforma transforma idosos em empecilho ao progresso

O problema da Previdência no país não é fiscal, é de distribuição de renda, defendeu na tarde de terça-feira (28) a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Lobato Gentil, ao participar de audiência pública na Comissão Especial da Câmara sobre a "reforma" da Previdência. "O discurso do déficit da Previdência é para silenciar os indecisos e aterrorizar a população", disse ainda a professora em sua crítica ao projeto do governo, que inviabiliza a aposentadoria para os trabalhadores.

Destacando sempre que o problema é de distribuição de renda, Denise disse que "há no debate muitos mitos e o primeiro mito é esse, o de que temos um rombo fiscal na Previdência, de R\$ 227 bilhões atualmente, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), e assim deveríamos fazer o ajuste fiscal".

Mas a professora destacou que está fora do debate o fato de que no período de 2005 a 2015 houve superávit na seguridade social do país. "E esse superávit alcançou o montante de R\$ 957 bilhões, a preços de 2016".

Durante esse período, segundo a professora, os recursos foram desviados dos mais necessitados (Bolsa Família, inválidos, BPC, deficientes físicos, entre outros). "E quando a Previdência começa a ter receita menor do que o gasto, a partir de 2016, nós recebemos a mais dura e cruel reforma da Previdência que já foi proposta", criticou.

Denise também lembrou que o déficit é questionável do ponto de vista das regras constitucionais - artigos 195 e 196 da Constituição. "Lá diz que o Estado deve complementar as receitas", afirmou, ressaltando que os deputados constituintes, na época da concepção da Carta Magna, criaram um "cinturão protetor" da política social, que não está sendo considerado pelo governo e os que defendem a PEC 6/2019.